

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
LEGISLATIVAS**

2025



Câmara dos Deputados
57ª Legislatura | 2023-2027

Presidente	Suplentes de secretários
Hugo Motta	1º Suplente
1º Vice-Presidente	Antonio Carlos Rodrigues
Altineu Côrtes	2º Suplente
2º Vice-Presidente	Paulo Folletto
Elmar Nascimento	3º Suplente
1º Secretário	Dr. Victor Linhalis
Carlos Veras	4º Suplente
2º Secretário	Paulo Alexandre Barbosa
Lula da Fonte	Secretário-Geral da Mesa
3ª Secretária	Lucas Ribeiro Almeida Júnior
Delegada Katarina	Diretor-Geral
4º Secretário	Guilherme Barbosa Brandão
Sergio Souza	

Câmara dos Deputados

Secretário-Geral da Mesa: Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Secretaria-Geral da Mesa Adjunta de Planejamento da Atividade Legislativa: Christiane Satié

Moritsugu Bisinoto

Secretário-Geral da Mesa Adjunto de Coordenação Técnico-Jurídica: Bruno Ávila da Mata Sampaio

Secretário-Geral da Mesa Adjunto de Plenário: Egio Almeida Andrade

Diretoria-Geral: Guilherme Barbosa Brandão

Centro de Documentação e Informação: Sergio Sampaio Contreiras de Almeida

Coordenação Edições Câmara: Ana Lígia Mendes

Coordenação de conteúdo: Escritório de Gestão da Secretaria-Geral da Mesa

Preparação de originais e revisão: Seção de Revisão/Coedi/Cedi

Projeto gráfico: Vinicius Chozo Inoue

Foto de capa: Cinthia Kerling Lima Amorim

Diagramação: Ciselle Sousa

2026. Linha Institucional.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Bibliotecária: Débora Machado de Toledo – CRB1: 1303

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.

Relatório de atividades legislativas 2025 [recurso eletrônico] / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2026.

Versão e-book.

Modo de acesso: bd.camara.leg.br

Disponível, também, em formato impresso.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, relatório, 2025. I. Título.

CDU 342.532(81)(047)

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Câmara dos Deputados, exceto nos casos de breves citações, desde que indicada a fonte.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

Livraria.camara.leg.br

SUMÁRIO

Mensagem do presidente da Câmara dos Deputados	5
Funções da Câmara dos Deputados	11
Função legislativa	11
Função fiscalizadora	11
Função representativa	11
Processo legislativo: como as leis são feitas	13
Apresentação da proposta	13
Análise nas comissões	13
Votação	13
Tramitação bicameral	14
Sanção ou voto	14
Apreciação do voto	14
Secretaria-Geral da Mesa	17
Atividades legislativas na Câmara dos Deputados	19
Atividades legislativas no Plenário da Câmara dos Deputados	21
Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados	25
Atividades legislativas nas comissões em 2025	29
Dados gerais	29
Comissões especiais	29
Comissões externas	30
Grupos de trabalho	31
Resultado do processo legislativo da Câmara dos Deputados em 2025	35
Segurança pública	35
Criança e adolescente	36
Economia	36
Sociedade e direitos humanos	36
Educação e saúde	37
Meio ambiente	37
Agricultura e segurança familiar	38
Participação da população no processo legislativo em 2025	41
Interações com o público	43



Foto: Marina Ramos/Câmara dos Deputados.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados apresenta o Relatório de Atividades Legislativas de 2025, conforme determina o art. 70 da Constituição Federal. Este documento oferece uma síntese dos principais resultados da gestão e das ações legislativas empreendidas pela Casa e permite ao cidadão acompanhar o trabalho desenvolvido por seus representantes.

Tivemos um ano intenso e passamos por situações sem precedentes na política – como, por exemplo, a da tarifa aplicada pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Encaramos debates e discussões acaloradas em plenário. Mas, acima de tudo, exercemos papel central na construção de soluções nacionais para os problemas do país. Desde a defesa da soberania do Brasil ao enfrentamento da violência que preocupa milhões de cidadãos, agimos com rapidez e eficiência para entregar as melhores respostas.

Deliberamos sobre fortalecimento da segurança pública, proteção de crianças e adolescentes, tecnologia e ambiente digital, estímulo ao crescimento econômico, políticas educacionais e de saúde, preservação do meio ambiente. Foram realizadas 288 sessões no Plenário, e apreciadas 316 matérias. Nas comissões, aconteceram 2.450 reuniões, com aprovação de 670 projetos, como detalhado nas seções pertinentes do relatório.

No campo da segurança pública, destaca-se a aprovação do Marco Legal do Combate ao Crime Organizado (PL 5.582/2025), que aperfeiçoa os instrumentos de enfrentamento às organizações criminosas, milícias e grupos armados, fortalecendo a capacidade do Estado de proteger a população e de desarticular estruturas ilícitas complexas. Ainda nesse eixo, avançamos na proteção integral de crianças e adolescentes em ambientes digitais com a aprovação do “ECA Digital” (PL 2.628/2022), que estabelece deveres para provedores e plataformas e cria parâmetros de segurança e supervisão.

Em paralelo, foi tipificada a conduta de manipulação digital de imagens por inteligência artificial (PL 3.821/2024), alcançando-se, em especial, a divulgação de conteúdos íntimos e degradantes produzidos ou alterados artificialmente, o que

representa uma resposta firme a novas formas de violência e reforça a tutela da privacidade e da dignidade na esfera virtual.

No momento em que os brasileiros se preocupavam com a contaminação de bebidas alcoólicas com metanol, aceleramos a tramitação do PL 2.307/2007, que torna crime hediondo a falsificação e a adulteração de bebidas e alimentos. O projeto foi aprovado e seguiu para o Senado Federal. O mesmo ocorreu com a proibição da cobrança de bagagem de mão em voos nacionais ao aprovarmos o PL 5.041/2025.

No campo econômico e social, aprovamos medidas de grande impacto para a vida das famílias brasileiras. A proposição que elevou a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil por mês (PL 1.087/2025) amplia a capacidade de consumo das camadas de menor renda e promove justiça fiscal. Para além disso, aperfeiçoamos a proposta original ao aprovarmos a redução das alíquotas incidentes sobre salários de até R\$ 7.350 por mês.

Somam-se a essa iniciativa a isenção de tarifa de energia elétrica para famílias de baixa renda (MPV 1.300/2025) e a aprovação da Lei da Reciprocidade Econômica (PL 2.088/2023), que autoriza a adoção de contramedidas a imposições unilaterais que prejudiquem o comércio exterior brasileiro, o que garante relações internacionais justas e a preservação de empregos e de investimentos no território nacional.

Um dos nossos maiores avanços foi a conclusão da votação da Reforma Tributária (PLP 108/2024). Substituímos legislações confusas por um sistema nacional único e digital, gerido pelo Comitê Gestor (CG-IBS). É a modernização que o país aguardava há décadas e que traz segurança jurídica e desburocratização ao ambiente econômico. Garantimos avanços essenciais, como no ITCMD, ao corrigir distorções com a aplicação da progressividade do tributo: quem herda mais, pagará proporcionalmente mais imposto.

Além disso, conduzimos a aprovação da redução dos benefícios fiscais (PLP 128/2025), prioridade absoluta da atual gestão à frente da Câmara. O Estado brasileiro caminhava para um modelo insustentável. Mais do que cortar desperdícios, acabamos com o 'cheque em branco'. A partir de agora, qualquer incentivo fiscal terá validade máxima de cinco anos e metas claras de desempenho. Se não houver resultado para o país, o benefício será encerrado. A Casa entrega ao Brasil um projeto robusto, que inclui também a tributação adequada de bets e Fintechs.

Na área de educação, aprovamos a criação do Sistema Nacional de Educação (PLP 235/2019), um marco de coordenação entre União, estados e municípios, com definição de instâncias de governança, responsabilidades compartilhadas e mecanismos de cooperação federativa. Em convergência com esse desenho institucional,

avançamos com o novo Plano Nacional de Educação (PL 2.614/2024), que define, para os próximos 10 anos, metas e objetivos voltados à qualidade do ensino, valorização do magistério, redução das desigualdades e garantia de acesso a educação e de permanência de alunos nas escolas, em todos os níveis educacionais.

No âmbito da educação básica, merece destaque o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (PL 4.937/2024), que estabelece metas de alfabetização de crianças nos primeiros anos do ensino fundamental e incentiva a cooperação entre os entes federados, com ênfase na centralidade da infância nas políticas públicas de educação.

Na saúde, aprovamos o programa “Agora Tem Especialistas” (MPV 1.301/2025), concebido para ampliar o acesso da população a consultas, exames e cirurgias com médicos especialistas no Sistema Único de Saúde, por meio da articulação de parcerias com hospitais e clínicas, de mecanismos de compensação tributária e de formas inovadoras de prestação de serviço. Essa agenda reforça o compromisso da Câmara com o fortalecimento do SUS, um dos pilares da seguridade social brasileira.

No campo da segurança jurídica, em consonância com um desenvolvimento sustentável, aprovamos a Lei do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021). O novo regramento confere maior previsibilidade e eficiência aos procedimentos, ao mesmo tempo em que reitera a proteção ambiental como princípio indispensável do nosso ordenamento jurídico e exigência da sociedade brasileira. Asseguramos ainda a aprovação do Marco Legal das Concessões e Parcerias Público-Privadas (PL 2.892/2011), um impulso também para a melhor prestação de serviços.

Na linha ambiental, aprovamos a Lei do Mar (PL 6.969/2013), que consolida instrumentos destinados à proteção dos ecossistemas costeiros e marinhos, com especial atenção às comunidades tradicionais e à economia do mar, e a Lei de Proteção do Pantanal (PL 5.482/2020), que estabelece diretrizes para a conservação, a recuperação e o uso sustentável desse bioma estratégico.

Em diálogo com essas agendas, a Câmara aprovou iniciativas de forte impacto no campo dos direitos humanos, da proteção social e do bem-estar da população. Dentre essas iniciativas, destacam-se o aumento gradual da duração da licença-paternidade (PL 3.935/2008), a proibição do uso de animais em testes de cosméticos (PL 3.062/2022) e a transformação da Lei de Incentivo ao Esporte em política permanente (PLP 234/2024), para assim assegurar a continuidade do financiamento de projetos de inclusão social pelo esporte.

A produção legislativa registrada neste relatório traduz o esforço da Câmara dos Deputados em atuar de forma transparente e comprometida com o interesse público, em ambiente de pluralismo político e diálogo. Essas deliberações, entre outras,

foram construídas com observância rigorosa da Constituição e do Regimento Interno e refletem o compromisso desta Casa com a democracia, com o regime republicano, com o pacto federativo e com a responsabilidade fiscal.

Ao longo de 2025, a Câmara também buscou aperfeiçoar seus procedimentos internos, modernizar sistemas de apoio à atividade parlamentar, ampliar o uso de ferramentas digitais e fortalecer os canais de participação popular, por meio de audiências públicas, consultas, eventos e interação permanente com a sociedade civil. Este relatório registra não apenas o conjunto de proposições aprovadas, mas também o esforço institucional de tornar o processo legislativo cada vez mais acessível, compreensível e aberto ao cidadão, condição indispensável a uma cidadania plena.

Essas são algumas das principais informações contidas no Relatório de Atividades Legislativas de 2025. Para conhecimento em detalhe dos resultados da atuação parlamentar, recomenda-se a leitura integral do documento e a consulta aos instrumentos de transparência disponíveis no portal da Câmara dos Deputados, nos quais se encontram os dados consolidados de sessões, de proposições e de votações realizadas ao longo do exercício.

Reafirmamos que a transparência, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e o diálogo permanente com a sociedade orientaram a atuação desta Casa em 2025. Este Relatório de Atividades Legislativas reflete nosso compromisso com esses valores.

Palácio do Congresso Nacional, janeiro de 2026.

Hugo Motta
Presidente da Câmara dos Deputados



Foto: Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum Filho.



Foto: Georgia da Cunha Moraes do Prado.

FUNÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados é uma das casas do Congresso Nacional, que é órgão responsável pelo Poder Legislativo Federal no Brasil, e desempenha três funções principais: legislar, fiscalizar e representar.

□ FUNÇÃO LEGISLATIVA

A função mais conhecida da Câmara dos Deputados é legislar, ou seja, propor, discutir e aprovar leis que afetam diretamente a vida de todos os brasileiros. Essas leis tratam de temas essenciais como educação, saúde, segurança, economia, e muito mais.

□ FUNÇÃO FISCALIZADORA

Além de propor leis, a Câmara dos Deputados fiscaliza os poderes da República, monitorando o uso de recursos e a implementação de políticas públicas. Essa fiscalização ocorre por meio de auditorias, convocações de autoridades para prestar pessoalmente esclarecimentos, requisições de informações e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), o que assegura transparência e responsabilidade na condução da administração pública.

□ FUNÇÃO REPRESENTATIVA

Por fim, a Câmara representa o povo brasileiro, por meio de 513 deputados eleitos pelo sistema proporcional, que leva em conta tanto os votos individuais quanto a força dos partidos. Isso assegura que a composição da Câmara reflete não só a vontade popular, mas também as diversas ideologias presentes na sociedade, o que garante a pluralidade de opiniões e a representação de diferentes segmentos da população nas decisões que moldam o país.



Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados.

PROCESSO LEGISLATIVO: COMO AS LEIS SÃO FEITAS

O processo legislativo é o caminho que uma proposta segue para ser transformada em lei, durante o qual é debatida e, se aprovada, convertida em norma de cumprimento obrigatório. As principais etapas são:

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Propostas legislativas podem ser apresentadas por deputados, senadores, presidente da República, Supremo Tribunal Federal (STF), tribunais superiores, procurador-geral da República, ou cidadãos por iniciativa popular.

ANÁLISE NAS COMISSÕES

Após ser apresentada, a proposta é analisada por comissões da Câmara dos Deputados, sob vários aspectos, a depender de sua especialidade: se é constitucional, juridicamente correta, e, quando necessário, se orçamentária e financeiramente viável. Por fim, as comissões verificam o mérito da proposta, ou seja, seu conteúdo.

VOTAÇÃO

A proposta pode ser aprovada diretamente pelas comissões e seguir para o Senado ou para sanção do presidente da República. Caso a proposta exija mais debates, precisará ser votada e aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados, com participação possível de todos os deputados. A quantidade de votos necessária para aprovação depende do tipo da proposição (emenda à Constituição, lei complementar, lei ordinária, etc.).

TRAMITAÇÃO BICAMERAL

A proposta só segue para sanção ou veto caso seja aprovada pelas duas Casas – Câmara dos Deputados e Senado Federal.

SANÇÃO OU VETO

Se a proposta (projeto de lei ou de lei complementar, conforme a Constituição Federal de 1988) for aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, será enviada ao presidente da República, que poderá sancioná-la (transformá-la em lei) ou vetá-la (rejeitá-la). O veto pode ser total, quando a proposta inteira é rejeitada, ou parcial, quando apenas partes da proposta são rejeitadas.

APRECIAÇÃO DO VETO

Se o presidente vetar a proposta, o Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, poderá votar para manter ou rejeitar o veto. Se o veto for rejeitado por maioria absoluta em ambas as Casas, a proposta torna-se lei. Se o veto for mantido, a proposta é arquivada.

ACOMPANHAMENTO DA TRAMITAÇÃO



Para saber em qual fase se encontra determinada proposta, escaneie o QR Code ao lado ou acesse o portal da Câmara dos Deputados (<https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>), onde é possível verificar quem propôs a lei, em que fase se encontra e outras informações relacionadas ao projeto.



Foto: Cinthia Kerling Lima Amorim.

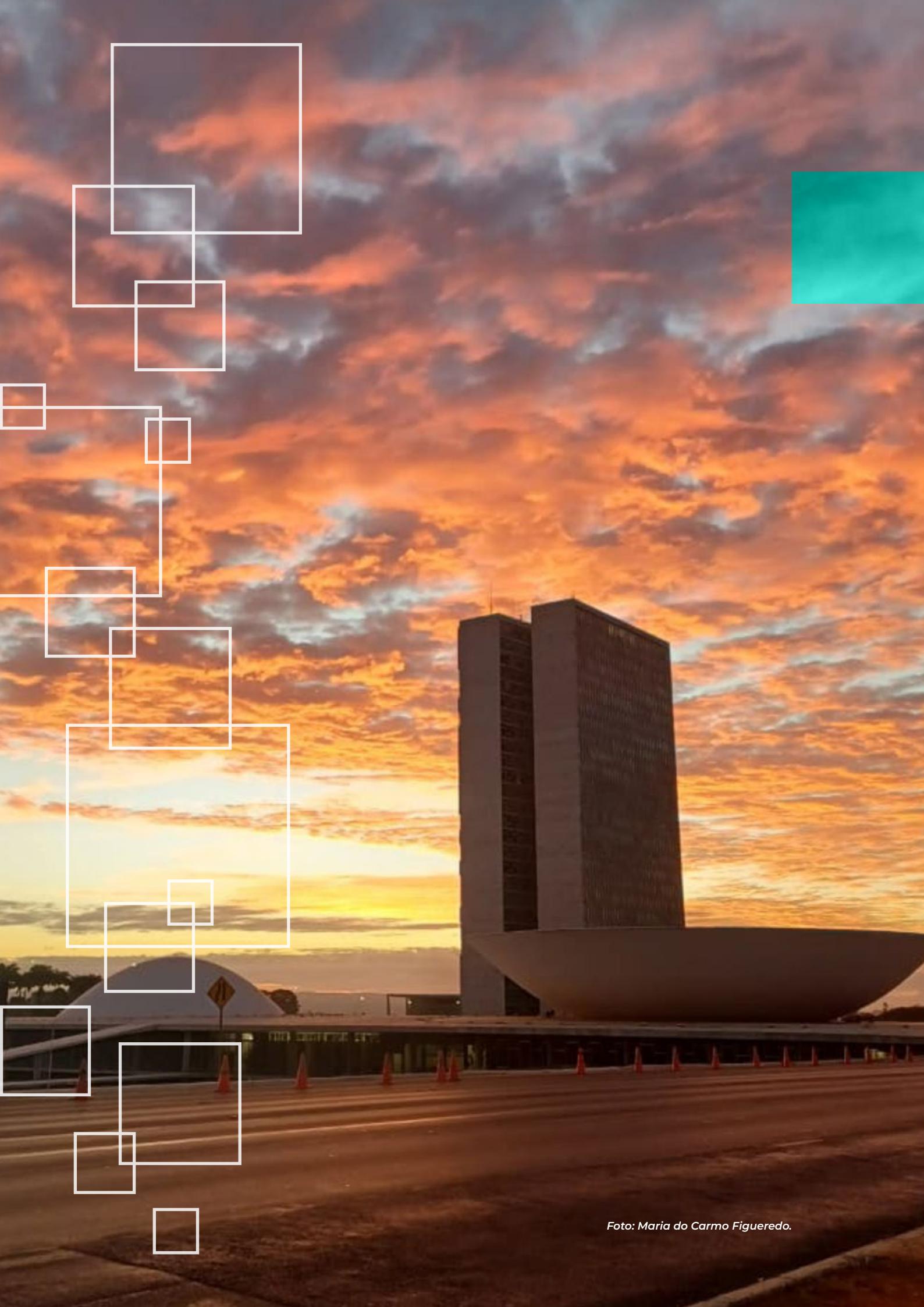


Foto: Maria do Carmo Figueiredo.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Secretaria-Geral da Mesa (SGM) é órgão de assessoramento no processo legislativo, fundamental para o funcionamento legislativo da Câmara dos Deputados, e desempenha papel crucial na articulação e no desenvolvimento das atividades legislativas da Casa. Toda proposição que chega à Casa é recebida na SGM, que a despacha para as comissões, conforme regras regimentais.

Além disso, entre as principais funções da SGM, destacam-se: coordenar as atividades legislativas da Câmara; acompanhar e assessorar as sessões do Plenário; registrar informações sobre processo legislativo e movimentação parlamentar; supervisionar a presença dos deputados nas sessões do Plenário; e assessorar a Mesa Diretora nos trabalhos legislativos e a Presidência em suas atribuições regimentais e constitucionais.

A SGM também é responsável por organizar a posse dos deputados e gerenciar a lista dos diplomados, de acordo com as informações do Tribunal Superior Eleitoral.



Foto: Tafnes Augusto Rocha.

ATIVIDADES LEGISLATIVAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Câmara dos Deputados recebe e analisa grande volume de proposições a cada ano.

Em 2025, a SGM analisou e despachou o total de 11.201 proposições. Esse total abrange uma variedade de tipos de proposições, como projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, projetos de decreto legislativo, projetos de resolução, projetos de lei complementar, entre outros instrumentos legislativos.



Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados.

ATIVIDADES LEGISLATIVAS NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Plenário da Câmara dos Deputados é um dos principais espaços de atuação parlamentar, em que os deputados debatem questões de interesse nacional e deliberam propostas de lei. As sessões do Plenário se dividem em três tipos: preparatórias, deliberativas e não deliberativas.

As sessões preparatórias ocorrem no primeiro e no terceiro ano de cada legislatura. No primeiro ano, a sessão destina-se à posse dos novos deputados e à eleição da Mesa da Câmara. No terceiro ano, é realizada apenas para eleição da Mesa.

As sessões deliberativas são divididas em ordinárias e extraordinárias. Ambas possuem ordem do dia, fase em que são discutidas e votadas as matérias incluídas na pauta da sessão. Nas sessões ordinárias, além das deliberações, há um período reservado para debates, enquanto nas extraordinárias, apenas ocorre a ordem do dia.

As sessões não deliberativas não envolvem deliberação de matérias, e dividem-se em duas categorias: sessões de debates, sobre temas variados; e sessões solenes, destinadas a homenagens e cerimônias.

O Plenário da Câmara também pode ser convertido em comissão geral, um formato especial de reunião que permite debates aprofundados sobre temas importantes.

Em 2025 foram 940 horas totais de atividades do Plenário, que resultaram em 316 proposições apreciadas, conforme detalhado a seguir:

- 165 projetos de lei (PL);
- 17 emendas do Senado Federal (EMS);
- 64 projetos de decreto legislativo (PDL);
- 17 projetos de lei complementar (PLP);
- 16 medidas provisórias (MPV);
- 16 projetos de resolução (PRC);
- 6 propostas de emenda à Constituição (PEC) em 2º turno;
- 2 mensagens (MSC);

- 6 propostas de emenda à Constituição (PEC) em 1º turno;
- 4 objetos de deliberação (OBJ);
- 1 representação;
- 2 sustações de andamento de ação penal (SAP).
- Foram apreciados ainda:
- 170 requerimentos de urgência;¹
- 159 destaques de bancada;²
- 296 outros requerimentos procedimentais.

¹ Requerimento de urgência é feito quando se quer dar celeridade na discussão e na votação de determinada proposição. Quando é aprovado, a proposição pode entrar imediatamente na pauta para que seja discutida e votada.

² Destaque refere-se à alteração que determinado partido ou bloco parlamentar pretende realizar de forma separada quando da apreciação da matéria. Pode ser dado destaque para: votar em separado parte de proposição; votar emendas ou parte delas; tornar emenda ou parte de proposição em projeto autônomo; ou votar projeto em detrimento de outro que teria preferência.



Foto: Luiz Henrique Dias da Silva.



Foto: Cristiano de Souza Prado Valladão.

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Departamento de Comissões (Decom) atua no processo legislativo na Câmara dos Deputados e gerencia a estrutura das comissões permanentes e temporárias. Esses colegiados são parte dos principais fóruns de debate, de análise e de deliberação de projetos de lei e outras matérias submetidas à Casa.

As comissões permanentes têm caráter técnico-legislativo ou especializado e atuam durante toda a legislatura. São responsáveis por avaliar proposições relacionadas às respectivas áreas de competência, como saúde, educação ou finanças.

As comissões temporárias, por sua vez, são criadas para tratar de assuntos específicos ou emergenciais e são extintas após a conclusão dos respectivos trabalhos. São exemplos as comissões especiais, de inquérito, e externas.

Atualmente, a Câmara dos Deputados conta com 30 comissões permanentes que foram presididas pelos seguintes parlamentares, em 2025:

- Comissão de Administração e Serviço Público – presidente Pastor Sargento Isidório (Avante/BA);
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – presidente Rodolfo Nogueira (PL/MS);
- Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais – presidente Dandara (PT/MG);
- Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação – presidente Ricardo Barros (PP/PR);
- Comissão de Comunicação – presidente Julio César Ribeiro (Republicanos/DF);
- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – presidente Paulo Azi (União/BA);
- Comissão de Cultura – presidente Denise Pessôa (PT/RS);
- Comissão de Defesa do Consumidor – presidente Daniel Almeida (PCdoB/BA);
- Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher – presidente Célia Xakriabá (PSOL/MG);
- Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – presidente Zé Silva (Solidariedade/MG);

- Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – presidente Duarte Jr. (PSB/MA);
- Comissão de Desenvolvimento Econômico – presidente Lafayette de Andrade (Republicanos/MG);
- Comissão de Desenvolvimento Urbano – presidente Yury do Paredão (MDB/CE);
- Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial – presidente Reimont (PT/RJ);
- Comissão de Educação – presidente Maurício Carvalho (União/RO);
- Comissão de Esporte – presidente Laura Carneiro (PSD/RJ);
- Comissão de Finanças e Tributação – presidente Rogério Correia (PT/MG);
- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – presidente Bacelar (PV/BA);
- Comissão de Indústria, Comércio e Serviços – presidente Beto Richa (PSDB/PR);
- Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional – presidente Yandra Moura (União/SE);
- Comissão de Legislação Participativa – presidente Fred Costa (PRD/MG);
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – presidente Elcione Barbalho (MDB/PA);
- Comissão de Minas e Energia – presidente Diego Andrade (PSD/MG);
- Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família – presidente Ruy Carneiro (Podemos/PB);
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – presidente Filipe Barros (PL/PR);
- Comissão de Saúde – presidente Zé Vitor (PL/MG);
- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – presidente Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP);
- Comissão de Trabalho – presidente Leo Prates (PDT/BA);
- Comissão de Turismo – presidente Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG);
- Comissão de Viação e Transportes – presidente Maurício Neves (PP/SP).

A principal atribuição das comissões é analisar proposições e emitir parecer técnico. Nessa análise, os parlamentares opinam sobre o mérito (temática) da proposta e verificam sua constitucionalidade, juridicidade e, quando aplicável, sua adequação orçamentária e financeira.

Muitas matérias estão sujeitas à apreciação conclusiva, o que significa que as comissões podem aprová-las ou rejeitá-las, sem necessidade de deliberação do Plenário. A decisão sobre essa modalidade de tramitação cabe à Mesa Diretora, com base no Regimento Interno.

Para ampliar a transparência e a participação social, as comissões promovem audiências públicas. Nesses encontros, especialistas, representantes da sociedade civil e cidadãos podem contribuir com o debate das propostas, o que permite que as leis reflitam melhor as necessidades da sociedade.

Nos casos em que se faz necessário estudo mais detalhado de determinada matéria, também podem ser criados grupos de trabalho vinculados às comissões ou a outros órgãos da Casa.

Para garantir o funcionamento do processo legislativo nas Comissões, as coordenações e as secretarias de comissões do Decom gerenciam a tramitação das proposições, viabilizam a definição das pautas de deliberação, promovem audiências públicas e prestam orientação técnica aos parlamentares.



Foto: Isabela Araújo do Nascimento.

ATIVIDADES LEGISLATIVAS NAS COMISSÕES EM 2025

□ DADOS GERAIS

- 5.536 pareceres a projetos e a PEC deliberados;
- 750 pareceres a outros tipos de proposições deliberados (MSC, PFC, REC, REP, SAP, SUG e TVR);
- 670 projetos aprovados conclusivamente;
- 5.188 requerimentos deliberados;
- 23.979 requerimentos procedimentais;
- 670 redações finais aprovadas;
- 71.951 proposições recebidas no total;
- 2.450 reuniões realizadas (equivalentes a 3.430 horas na Casa), sendo:
 - 1.093 reuniões deliberativas;
 - 1.357 audiências públicas e outros eventos;
 - 4.610 convidados ouvidos em reuniões.

□ COMISSÕES ESPECIAIS

- Direito Digital;
- PEC 005/2023 – Imunidade Tributária;
- PEC 014/2021 – Agentes de Saúde e de Combate às Endemias;
- PEC 018/2025 – Competências Federativas em Segurança Pública;
- PEC 027/2024 – Fundo Nacional da Igualdade Racial (FNREPIR);
- PEC 034/2024 – 1ª Infância Direitos Garantias Constitucionais;
- PEC 066/2023 – Limite Precatórios e Débitos Previdenciários;
- PEC 072/2023 – Imunidade sobre IPVA de Veículos Específicos;
- PEC 169/2019 – Acumulação de Cargo de Professor;

- PEC 231/2019 – Fundo de Participação dos Municípios;
- PL 0733/2025 – Sistema Portuário Brasileiro;
- PL 1.087/2025 – Alteração da Legislação do Imposto de Renda;
- PL 2.338/2023 – Inteligência Artificial;
- PL 2.614/2024 – Plano Nacional de Educação decênio 2024-2034;
- PL 3.080/2020 – Política Nacional para Pessoas com Autismo;
- PLP 152/2025 – Regulamentação dos Trabalhadores por Aplicativo;
- PLP 234/2024 – Lei de Incentivo ao Esporte;
- Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais;
- Prevenção e Combate ao Câncer, AVC e Doenças do Coração;
- Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde; e
- Violência Obstétrica e Morte Materna.

COMISSÕES EXTERNAS

- Acompanhar Investigação da Crise Humanitária dos Yanomami;
- Acidente Avião VOEPASS Linhas Aéreas – Voo 2283 – ATR-72;
- Colapso do Solo em Bairros de Maceió (AL);
- Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul;
- Deslizamento de Rejeitos de Minério em Conceição do Pará/MG;
- Feminicídios Ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul;
- Fiscalização dos Rompimentos de Barragens e Repactuação;
- Grave Situação no Maranhão em Decorrência das Fortes Chuvas;
- Intervenção na Saúde Pública do Município de Cuiabá (MT);
- Monitorar Obras do Túnel Santos-Guarujá;
- Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País;
- Propostas para Análise do Enfrentamento da Tuberculose;
- Situação dos Municípios que Perderam Recursos do FPM; e
- Transposição do Rio São Francisco.

GRUPOS DE TRABALHO

- Comercialização de Suplementos Alimentares;
- Consolidação da Legislação Brasileira;
- Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital;
- Reforma Administrativa.

DESTAKE: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

O trabalho de construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE) mobilizou pessoas e instituições de todo o país – e até além. Confira um panorama geral das atividades realizadas pela Comissão Especial:

- Reunião de instalação e eleição. Duração total: 2h03min;
- Reunião deliberativa. Duração total: 1h40min;
- Reunião de apresentação do parecer. Duração total: 2h07min;
- Reuniões de discussão e votação do parecer do relator. Duração total: 9h11min;
- 17 audiências públicas, com participação de 146 expositores. Duração total: 46h04min;
- 27 seminários estaduais, realizados em todas as unidades da federação, que reuniram 345 palestrantes, além das manifestações do público presente. Duração total: 90h56min;
- 1 missão oficial internacional realizada em Singapura;
- Recepção de delegação oficial de parlamentares estrangeiros (Gana). Duração total: 50min;
- 67 reuniões técnicas com a sociedade civil. 66 entidades representadas; 276 especialistas presentes. Duração total: 33h30min
- 34 reuniões técnicas entre a presidente, o relator e a equipe técnica (Consultoria Legislativa e secretaria da comissão) para análise de emendas e elaboração do parecer do relator. Duração total: 81h30min;
- Utilização de debates interativos em 12 reuniões da comissão.
- Total de horas de reuniões: 268h42min;
- Total de expositores: 767 pessoas.
- Estatística Legislativa
- 3.070 emendas parlamentares apresentadas ao projeto de lei – *recorde histórico*;
- 1.380 emendas parlamentares apresentadas ao substitutivo do relator – *recorde histórico*;
- 65 instituições enviaram sugestões de emendas à comissão especial;

- 79 requerimentos de mérito aprovados pelo colegiado;
- 17 destaque e 17 requerimentos procedimentais apresentados.



Foto: Rodolfo Stuckert/Câmara dos Deputados.

RESULTADO DO PROCESSO LEGISLATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2025

Como resultado, a Câmara dos Deputados, em 2025, apreciou diversos temas que são relevantes para a sociedade brasileira, dos quais se destacam:

SEGURANÇA PÚBLICA

- Combate ao crime organizado (PL 5.582/2025)
- Criminalização da adulteração de bebidas (PL 2.307/2007)
- Aumento da pena para o crime de maus-tratos quando a vítima é pessoa com deficiência (PL 1.978/2025)
- Critérios mais objetivos para prisão preventiva e audiências de custódia (PL 226/2024)
- Coleta de material genético (DNA) de condenados que iniciam pena em regime fechado (PL 1.496/2021)
- Endurecimento de penas e ampliação da proteção para agentes públicos envolvidos no combate ao crime organizado (PL 1.307/2023)
- Dia Nacional da Proteção de Dados (PL 2.076/2022)
- Prioridade na investigação e julgamento de crimes graves que tenham crianças ou adolescentes como vítimas (PL 6.234/2023)
- Tipificação do crime de manipulação digital de imagens por inteligência artificial (PL 3.821/2024)

□ CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Proteção integral de crianças e adolescentes nos ambientes digitais (PL 2.628/2022 – ECA Digital)
- Agrava as penas para crimes sexuais contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência (PL 2.810/2025)
- Medalha Prefeitos pela Alfabetização das Crianças com intuito de homenagear destaques no combate ao analfabetismo escolar (Resolução da Câmara dos Deputados n. 17/2025)
- Garantia do direito de crianças e adolescentes a um meio ambiente saudável e ao contato com a natureza (PL 2.225/2024)

□ ECONOMIA

- Reforma Tributária (PLP 108/2024)
- Redução dos benefícios fiscais (PLP 128/2025)
- Marco Legal das Concessões e Parcerias Público-Privadas (PL 2.892/2011)
- Isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5.000,00 (PL 1.087/2025)
- Isenção total da conta de luz para famílias de baixa renda (MPV 1.300/2025)
- Reciprocidade Econômica (PL 2.088/2023)
- Despacho gratuito da bagagem de mão e da primeira bagagem até 23kg (PL 5.041/2025)

□ SOCIEDADE E DIREITOS HUMANOS

- Aumento da licença-paternidade (PL 3.935/2008)
- Proibição dos testes com animais para produção de cosméticos e produtos de higiene (PL 3.062/2022)
- Lei de incentivo ao esporte (PLP 234/2024)
- Isenção da taxa de verificação de taxímetros por cinco anos (MP 1.305/2025)

EDUCAÇÃO E SAÚDE

- Sistema Nacional de Educação (PLP 235/2019)
- Plano Nacional de Educação (PL 2.614/2024)
- Criação da Carteira Nacional de Docente no Brasil (PL 41/2025)
- Ampliação do acesso de alunos das escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e demais escolas federais aos programas de transporte e alimentação escolar (PL 3.096/2024)
- Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (PL 4.937/2024)
- Acumulação remunerada de um cargo de professor com outro de qualquer natureza (PEC 169/2019)
- Programa Agora Tem Especialistas (MPV 1.301/2025)

MEIO AMBIENTE

- Lei do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021)
- Política Nacional para Conservação e Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PL 6.969/2013)
- Lei de Proteção do Pantanal (PL 5.482/2020)
- Criminalização da comercialização de peixe ornamental e a venda, exportação, aquisição e guarda de espécimes da fauna silvestre (PL 347/2003)

☐ AGRICULTURA E SEGURANÇA FAMILIAR

- Restrições a desapropriação de propriedades rurais produtivas para fins de reforma agrária (PL 4.357/2023)
- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PL 4.384/2023)
- Uso de indicadores de segurança alimentar e nutricional do IBGE para ampliar o acesso a alimentos pela população vulnerável (PL 800/2024)
- Priorização de municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública na aquisição e distribuição de alimentos (PL 2.708/2024)



Para acessar e visualizar mais temas debatidos na Câmara dos Deputados ao longo de 2025, acesse o link <https://especial.camara.leg.br/retrospectiva-2025/> ou escaneie o QR Code ao lado.

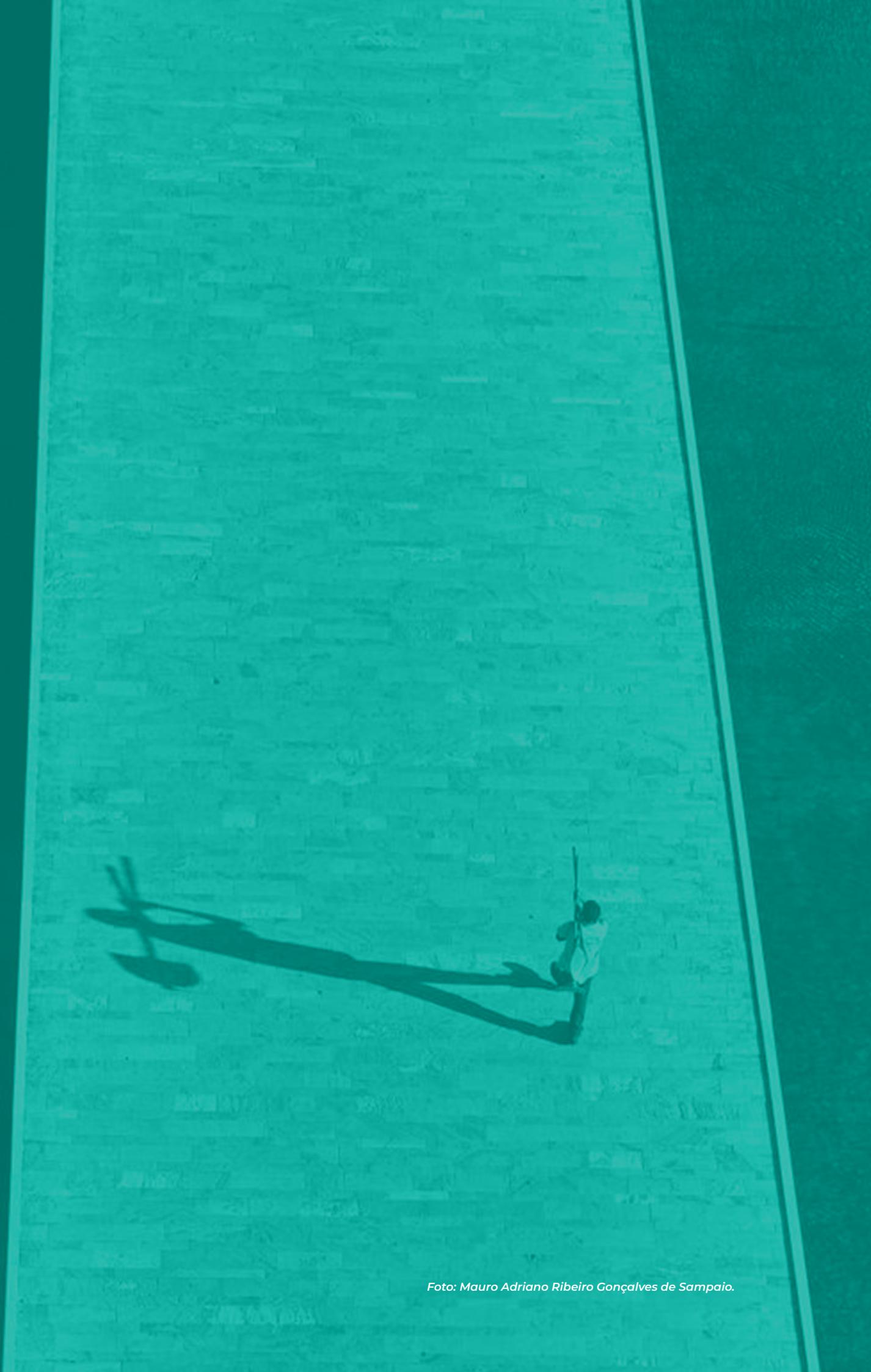


Foto: Mauro Adriano Ribeiro Gonçalves de Sampaio.



Foto: Weberth Alves de Carvalho.

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PROCESSO LEGISLATIVO EM 2025³

A Câmara dos Deputados tem como visão consolidar-se como centro de debates dos grandes temas nacionais, atuando de forma transparente e possibilitando ampla participação dos cidadãos. Para tanto, a comunicação da Câmara dos Deputados é orientada por duas diretrizes principais voltadas ao cidadão: transparência e interação. Por meio de diferentes ferramentas e técnicas, a produção legislativa tem sido amplamente divulgada de maneira transparente e em tempo real, o que facilita o acompanhamento por cidadãos e por entidades, ao mesmo tempo em que incentiva a interação com a população por meio de múltiplos espaços dedicados à manifestação de opiniões.

Em 2025, foram transmitidas sessões, deliberativas ou não, audiências públicas e comissões gerais realizadas no plenário Ulysses Guimarães e nos plenários das comissões. As transmissões ao vivo, com narração integrada, destacam-se na programação da TV Câmara e da Rádio Câmara e facilitam o acesso e a compreensão do que acontece na Casa. Os conteúdos também ficam acessíveis no canal oficial da Câmara no YouTube e no portal da Câmara dos Deputados.

Esses conteúdos geraram, ainda, matérias jornalísticas que foram divulgadas em diferentes plataformas de comunicação, como a TV Câmara e a Rádio Câmara, e compartilhadas nas contas institucionais das principais redes sociais, como Bluesky, Facebook, Instagram e Threads, e, de modo ainda mais próximo do cidadão, nos canais de notícias no WhatsApp e no Telegram.

As inúmeras propostas legislativas apresentadas ao longo do ano incluíam em suas páginas *links* para enquetes, uma maneira simples e direta para interação da população. Isso permitiu aos cidadãos expressar suas opiniões sobre as propostas, por meio de comentários, de críticas e de elogios, e também de sugestões para aprimoramento dos textos em debate.

³ Crédito dos dados informados: Coordenação de Relacionamento, Inteligência e Participação (Corip) e Diretoria-Executiva de Comunicação e Mídias Digitais (Direx).

A grande quantidade de acessos diários a várias proposições demonstra um acompanhamento mais próximo pelo cidadão sobre os assuntos tratados e apresentados pelos parlamentares em suas atividades em Brasília.

Essas interações vão além de números e passam pela qualidade do debate. Em 2025, foram inúmeras as oportunidades de aproximação da sociedade, a exemplo das comissões gerais realizadas ao longo do ano, que reuniram parlamentares, autoridades do Poder Executivo, especialistas, representantes de entidades da sociedade civil e do setor produtivo, com o objetivo de aprofundar discussões e aprimorar a legislação em temas de alto impacto social, econômico e institucional. Esses espaços reafirmam o compromisso do Parlamento com o diálogo qualificado e amplo, a proteção de direitos e a busca de soluções pragmáticas frente aos desafios complexos do Estado brasileiro. Os debates buscaram conciliar eficiência estatal, proteção de direitos, responsabilidade fiscal e desenvolvimento sustentável. Apresentam-se a seguir alguns dos principais temas debatidos:

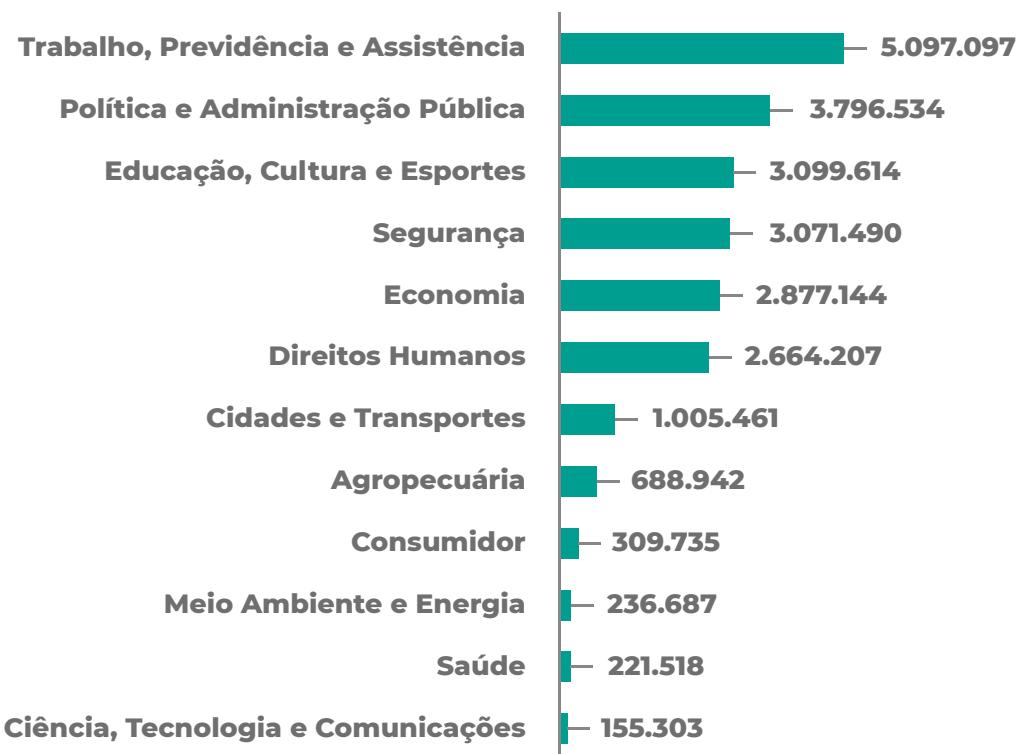
- **Reforma Administrativa**, comissão na qual se discutiu a modernização da administração pública do Estado brasileiro, com foco na melhoria da prestação de seus serviços, sustentabilidade fiscal e valorização do servidor e das instituições. Alguns dos eixos de debate foram eficiência e desempenho, valorização de carreiras, governança e gestão, e sustentabilidade fiscal;
- **Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambientes Digitais** (Projeto de Lei n. 2.628/2022), com foco no debate da promoção de um ambiente digital seguro e da corresponsabilidade de plataformas, famílias, escolas e Poder Público. Entre os pontos de debates estiveram temas como dever de cuidado das plataformas, verificação etária e privacidade, enfrentamento de ilícitos, e cooperação institucional. O resultado da interação entre Parlamento e o cidadão está na promulgação da Lei n. 15.211/2025, conhecida como Estatuto Digital da Criança e do Adolescente;
- **Securitização de Dívidas Rurais, com Enfoque em Desastres Naturais e Climáticos**, que propiciou debates sobre soluções financeiras e regulatórias para dar resiliência ao produtor rural diante de eventos climáticos extremos e volatilidade de renda;
- **Semana do Meio Ambiente e COP 30**, debate que inseriu a Câmara na preparação nacional para a COP 30, com ênfase em ambições climáticas, bioeconomia e transição justa. Entre os temas centrais das discussões citam-se compromissos climáticos, financiamento e instrumentos econômicos, bioeconomia e inovação, justiça social e territorial, e governança e transparência.

□ **INTERAÇÕES COM O PÚBLICO⁴**

- Enquetes nas plataformas da Câmara
 - Quantidade ativa: 575.536
 - Visualizações: 4.013.960
 - Interações: 713.490
 - Votos: 502.125
 - Comentários: 16.455
 - Reações: 194.910
- WhatsApp
 - Inscritos: 85.918
 - Postagens: 1.617
 - Cliques no link do post: 168.737
 - Reações: 35.982
 - Atendimento: 7.611
- Telegram
 - Inscritos: 9.906
 - Postagens: 1.625
 - Visualizações: 653.046
 - Compartilhamentos: 1.170
 - Cliques no link do post: 47.594
 - Reações: 14.641
- Disque-Câmara
 - Atendimentos: 31.998
- Fale Conosco
 - Atendimentos: 6.734



Para mais informações sobre participação popular, acesse o link <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/participe/relatorios-participacao/relatorios-1> ou escaneie o QR Code ao lado.

VOLUME DA REPERCUSSÃO DOS TEMAS DAS PROPOSIÇÕES QUE MAIS MOBILIZARAM OS CIDADÃOS NOS CANAIS DA CÂMARA

Fonte: PARTICIPAÇÃO popular na Câmara: ano 2025. In: Relatório Executivo Semestral 2024. [Brasília]: Corip/Direx, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/particie/relatorios-participacao/relatorios-1>. Acesso em: 5 jan. 2026.



Foto: Flávia Mundim Moraes Oliveira.



edições câmara
INSTITUCIONAL

